

tenas de paróquias, conventos, mosteiros ou igrejas de diversas Ordens religiosas ou de Dioceses como as da Braga, Coimbra, Évora, Lamego, Lisboa, Porto ou Viseu.

À semelhança do que aconteceu já com os volumes anteriores, trata-se duma recolha de massa documental impressionante. Neste sentido e como dizia o introdutor, é de assinalar a contribuição principal e decisiva para todo esse monumental «corpus documental» (e logicamente também para este volume), do Prof. P. António Domingues de Sousa Costa, OFM.

No caso do presente volume, à excepção de 59 documentos provenientes da Penitenciaria Apostólica do Vaticano, a ele se fica a dever, tanto a transcrição, como a anotação e edição de todos os textos latinos, quer se trate dos 62 Breves e Bulas, quer das centenas de Súplicas, todas elas destinadas também a fazer parte dos seus «Monumenta Portugaliae Vaticana». A documentação recolhida em Portugal, nomeadamente as 216 cartas d'el Rei D. Manuel, deve-se à transcrição da Dra. D. Alice Estorninho e o acompanhamento da edição contou, além da presidência do malogrado Prof. Doutor F. da Gama Caeiro, com a colaboração técnica dos Drs. Miguel Pinto de Meneses (revisão dos textos) e Joaquim Carmelo Rosa (elaboração dos índices cronológico e analítico). Fazemos votos para que a Comissão consiga em breve levar a termo a publicação dos restantes volumes programados.

Uma obra de fundo, para muitas vertentes da História, tanto religiosa como civil de Portugal. Como tal, é de interesse nacional e internacional.

António de Sousa Araújo

GARCIA, Maria Antonieta — *Os Judeus de Belmonte: Os caminhos da memória*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões; Universidade Nova de Lisboa, 1993. 213 p.

O estudo que o Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões agora publica, constitui o trabalho mais recente sobre a comunidade judaica de Belmonte. Foi Samuel Schwarz quem descobriu e primeiro contactou esta comunidade de cripto-judeus, integrando o resultado dessa sua pesquisa em *Os Cristãos Novos em Portugal no século XX*, editado pela primeira vez em 1925 e reeditado em 1993 por este Instituto da Universidade Nova de Lisboa. Seguiu-o nessa investigação Amílcar Paulo, autor de *Os Judeus secretos em Portugal*, Porto: Labirinto, 1985 (1ª ed., *O Primeiro de Janeiro*, Novembro, 1978) e, mais recentemente, David Canelo publicou *Os últimos judeus secretos*, Fundão: Jornal de Belmonte, 1985 e *Os últimos cripto-judeus em Portugal*, Belmonte: Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral, 1987 que teriam como objecto de estudo os cripto-judeus de Belmonte.

Antonieta Garcia pretende fazer um estudo sociológico da actual comunidade judaica de Belmonte. Neste sentido começa por analisar o impacto que nela teve a 1ª República, permitindo o acesso ao poder municipal de algumas destas famílias, depois de ter ensaiado um pequeno bosquejo histórico sobre o concelho e sobre os judeus de Belmonte. Ao estudar o período republicano não se esqueceu de observar o impacto que na vila teve a estadia de Samuel Schwartz e o renascimento do

judaísmo em Belmonte e noutros locais, como no Porto com Barros Basto. A um período de regresso ao secretismo com o Estado Novo, sucedeu uma abertura e público reconhecimento desta comunidade no pós-25 de Abril. Para tal colaboraram as visitas de personalidades israelitas e da própria embaixada de Israel, nomeadamente a embaixadora Colette Avital. No entanto, esta abertura reveste a assunção do judaísmo ortodoxo, com rabi e lugar de culto, a sinagoga, por parte dos membros mais novos em detrimento de todo um passado criptojudáico, conservado na memória dos mais antigos e em risco de se perder. Essa divergência entre a ortodoxia judaica e a memorização de orações judaicas, algumas delas deformadas pelo cristianismo externo que a comunidade foi obrigada a viver, durante séculos, assim como o secretismo em que viveram, levanta a questão da fidelidade à tradição dos seus antepassados ou o regresso ao judaísmo.

A autora não se esqueceu de referir a importância conferida, ainda hoje, às mulheres da comunidade como transmissoras da tradição. De facto esta realidade era já visível no século XVI, talvez devido à constante ausência do homem, em viagem de negócios ou deambulando de terra em terra, ou talvez devido ao facto de que a memória da transmissão se fez por actos e gestos cumpridos pelas mulheres, no interior das casas: a preparação do sábado com a limpeza da casa à sexta-feira, a mudança da roupa, a confecção dos alimentos; a preparação da candeia com azeite e matula nova; a feitura do pão ázimo da Páscoa e a limpeza da casa. Memória que se viria a estender aos *thamis*, os jejuns de segunda e quinta feiras, e a certos jejuns e festas relacionados com os calendários religioso (a *Pessah* era festejada próximo da Páscoa cristã) e agrícola (o *quipur* era o jejum próximo das vindimas) ou aos ritos do amortalhamento e que era detida por uma minoria de anciãos, dentro de cada comunidade. Permaneceram menos certos rituais cumpridos pelos rabis, como a circuncisão, a degolação dos animais, porque demasiado evidentes aos olhos dos cristãos.

Tal como ontem, os judeus de Belmonte mantêm uma estrutura endogâmica de parentesco; dão ao primogénito o nome do avô paterno. No entanto os ritos mortuários aparecem um pouco diferentes dos praticados pelos cristãos novos, embora ainda permaneça a referência à água onde o anjo da morte mergulhou a espada e que, nos séculos anteriores levava ao derrame de toda a água existente na casa do morto e nas dos seus vizinhos.

Curiosa é ainda a permanência de certas expressões arcaicas portuguesas de origem hebraica, como o substantivo *góios*, ou seja, o aportuguesamento de *goim*, gentios, que os judeus aplicavam aos cristãos. Aliás Gil Vicente fez-se eco de algumas palavras derivadas desta, nos seus autos.

É toda esta memória que Antonieta Garcia pretende compilar nos anexos (p. 181-204), apesar de algumas destas orações terem já sido publicadas por Amílcar Paulo e David Canelo, sendo de lamentar que o não indique em nota, embora os refira na bibliografia final, como bibliografia citada. Igualmente foi registado por Amílcar Paulo o *Romance de Judá e Tamar* (p. 103), não sendo tal facto objecto de uma nota, como seria de esperar num trabalho científico por parte da autora.

Anotemos ainda alguns pormenores. Relaciona, sem qualquer base histórica, a lápide encontrada por Samuel Schwartz com a sinagoga e esta com a capela de S. Francisco (p. 34). Já dissemos que a comunidade judaica de Belmonte teve a sua origem nos finais do século XV e deveria ser tão diminuta que o numeramento de 1496, publicado por Virgínia Rau não se lhe refere. Por isso, a ter sinagoga, o que

não é provável, ela seria uma habitação. A referida lápide deve ter sido levada de outro local para Belmonte, mas não tem qualquer relação com a vila. Pelo contrário, encontra-se confirmada a existência de uma pequena comunidade cristã nova que viu alguns dos seus membros caírem sob a alçada das Inquisições de Lisboa e de Coimbra. Esta comunidade é, portanto, de formação recente, de modo algum remontando a sua origem ao período medieval e, muito menos, ao século XIII.

O livro de Antonieta Garcia dá-nos a leitura actual de uma comunidade à procura do seu novo caminho, sem medos nem secretismo da sua condição de judeus. Numa escrita narrativa e atraente descreve o «ontem» tão próximo e já longínquo e o hoje tão diferente, apesar da identidade comum. A sua importância reside no facto de fazer perdurar um passado, em vias de transformação e desaparecimento, que é património da história dos judeus portugueses, em suma, da nossa história.

Maria José Ferro Tavares

(Univ. Nova de Lisboa / Univ. Aberta)

MENDES, Isabel M. R. — *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal: Séculos XIV-XVIII. Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular*. Lisboa: JNICT; Centro de História da Universidade de Lisboa, 1994. 509 pp.

A obra *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal. Séculos XIV-XVIII. Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular*, constituiu a tese de Mestrado em História Moderna apresentada por Isabel Maria Ribeiro Mendes na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1990. Esta tese, que historia a afirmação, florescimento e decadência de um culto e de uma religiosidade marianos entre portugueses, mais do que a sua espiritualidade, divide-se basicamente em duas partes. Na primeira, a autora desenvolve um estudo analítico e crítico sobre a evolução do culto *estremenho-espanhol* de Sta. Maria de Guadalupe (pp.13-217). Na segunda parte, expõem-se anexos com quadros críticos (pp. 219-221), fichas de levantamento dos peregrinos portugueses que visitaram o Mosteiro de Guadalupe entre 1413 e 1776 (pp. 222-258), um extenso e valioso apêndice documental com 180 documentos situados entre 1408 e 1778, a que sucede uma listagem de fontes e bibliografia consultadas (pp.259-508). Possui um prefácio de apresentação redigido pelo Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (pp.7-10). O livro sai valorizado por 12 boas fotografias de obras de arte guadalupenses relacionadas com Portugal (pp. 80-81).

O culto de Sta. Maria de Guadalupe representa um dos testemunhos mais importantes da religiosidade mariana hispânica. É dentro desta definição que se institui a lenda das origens médio-orientais da imagem de Sta. Maria de Guadalupe, que seria oriunda do túmulo do Evangelista São Lucas, sepultado em Acaia, na Ásia Menor. No século VI, teria chegado a Roma, sendo recebida solenemente pelo papa Pelágio I, em 582. Mas a peregrinação da imagem pressupunha que ela fosse trasladada para Sevilha, como objecto de oferta papal a São Leandro. Os poderes miraculosos do ícone revelam-se eficazes, desde cedo, contra a peste e contra as